

1ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA – PPP ILUMINAÇÃO BAURU

2No dia quinze de julho de dois mil e vinte, às 19 horas, realizou-se
3audiência pública online referente à concessão administrativa para
4prestação dos Serviços de Iluminação Pública no Município de Bauru/
5SP, incluídos o desenvolvimento, a modernização, a efficientização
6energética, a operação e a manutenção do Sistema Municipal de
7Iluminação Pública. Membros do Conselho Gestor presentes: Sra.
8Aline Fogolin (Sedecon), Everson Demarchi (Sec. de Finaças), Vitor
9Gomes Reginato (Sec. de Finanças), José Rodrigo de Oliveira e Rafael
10de Araújo Bezerra Souza (Sec. de Obras), Dra. Tamires Assis
11Celestino (Procuradora do Município), Marcos Gomide (Conselho
12Municipal de Transparência e Controle Social), Márcio Colin
13(Conselho do Município), Daniela Gaio (gabinete do prefeito), Luiz
14Antonio de Campos (assessor do gabinete do prefeito), Majo
15Jandreice (chefe de gabinete). Consta anexa lista com os nomes dos
16participantes, porém, como contém dados pessoais, iremos mantê-la
17junto ao processo 56145/18 sem divulgação. A sra Majo Jandreice,
18presidente do Conselho Gestor de PPP fez a abertura da Audiência
19explicando a trajetória do processo desde a nomeação do Conselho
20Gestor pelo Decreto 13344/2017, a contratação através de licitação
21pública, da Consultoria da empresa QGMB e Procedimento de
22Manifestação de Interesse 01/2018, publicado em edital 424/2018.
23Várias empresas solicitaram autorização para estudos, porém
24somente as três empresas entregaram os estudos e foram: Tellus
25Mater, Valor & Atitude e Zopone Engª. Pela avaliação foi declarada
26vencedora dos estudos a empresa Zopone Engenharia, por
27apresentar o estudo mais adequado para a base do edital. Dando
28sequência, usou da palavra o sócio diretor da QGMB, Sr. Adrian
29Batista que apresentou os pontos principais da proposta de edital
30para embasar a licitação na modalidade de Concorrência Pública,
31prazo de concessão de 25 anos, cujo valor estimado do contrato é de

32R\$ 360 milhões de reais. A contraprestação máxima de um milhão e
33duzentos mil reais, com 44.880 pontos de iluminação e previsão de
34prazo de 24 meses para troca de luminárias. Estima-se ao longo do
35contrato uma economia aos cofres públicos de R\$ 153,6 milhões e a
36garantia de proposta de 1% do valor do contrato. Após a explicação
37do Sr. Adrian, o microfone foi aberto aos participantes. O Sr.
38Diógenes Casagrande alerta sobre as receitas acessórias como consta
39no anexo 4, e cita os 30 % da receita bruta e que não há empresa que
40consiga esse percentual de lucratividade, pois é um valor muito alto.
41Ele sugere uma revisão. O Sr. Everson Demarchi, secretário municipal
42de Finanças, agradeceu a sugestão e disse ser importante essa
43informação, que será analisada e se for o caso haverá alteração no
44edital. Nelson Gonçalves, jornalista, informou que o Tribunal de
45Contas não usa mais como condição de julgamento a técnica e preço
46e sim apenas preço e aponta a necessidade de ser revista essa
47condição. Também sugeriu que a Prefeitura contasse com apoio da
48Bolsa de Valores no processo licitatório, que poderia ser mais
49atrativo. Também questiona sobre questão dos custos apresentados,
50como investimentos na ordem de 95 milhões, ainda sobre o que
51consta no anexo 5, na minuta de contrato, sobre os mecanismos de
52cálculo do pagamento da concessionária, sobre como seriam as
53regras de expansão do parque, sobre quais estruturas e exigências do
54Centro de Controle Operacional. Coloca ainda que tem outros
55questionamentos, mas apresentará por escrito através da Consulta
56Pública, pois como há muitos pontos abordados entende que há
57outras pessoas para fazer uso da palavra. Majo coloca a todos que
58também as perguntas feitas pelos participantes via chat serão
59respondidas e divulgadas no site, no link da PPP, de modo que todos
60possam acessar e tornar os questionamentos transparentes. Sr.
61Ângelo Joaquim, arquiteto, questiona sobre a questão de critérios de
62luminotécnica para vias de acesso e ruas, pois há uma variação para

63cada tipo de ambiente e ele não viu isso contemplado no projeto. O
64assessor do Gabinete, Luiz Antonio Campos respondeu dizendo que o
65nível de iluminância é determinado por norma e está contemplado
66no projeto que toda intervenção de substituição ou implantação de
67lâmpadas deve ser feito um estudo pela concessionária para
68determinar esse nível e esse estudo será apresentado para aprovação
69do Poder Público. O Sr. Marcio Colin, Presidente do Conselho do
70Município, questiona porque a PPP de Iluminação não foi
71encaminhada para aprovação da câmara técnica do Conselho do
72Município. Majo esclarece que já aconteceu uma reunião com o
73Conselho, onde tivemos a participação dos membros do Conselho
74Gestor e também do consultor Sr Adrian para apresentar a proposta
75de edital e também demais questões da PPP, e esclareceu ainda que
76todos os documentos estão disponíveis para consulta se os
77conselheiros assim desejarem. Houve questionamento se consta a
78colocação de fiação subterrânea no projeto. O Sr Luiz Campos disse
79que não está contemplado a rede subterrânea devido ao alto custo e
80que nesse momento é inviável. O Sr. Andre Sampaio, da Radar PPP,
81reforça a importância de trazer uma facilidade para disponibilização
82dos estudos finais, pois há alterações bastante relevantes e também
83sobre prazo de publicidade na etapa da licitação permitindo o
84aumento da participação de empresas e a competitividade do
85projeto. Sr. Ângelo Joaquim questiona se houver alteração na
86quantidade pontos de iluminação no parque se mudam os valores. Sr
87Adrian diz que qualquer aumento para mais ou para menos de até
8810% no parque estimado pode acontecer, o risco é da concessionária.
89Uma variação maior do que isso, o contrato passaria pelo reequilíbrio
90econômico financeiro. Vereador Benedito Roberto Meira questiona
91sobre legislação do valor da CIP. Secretário Everson Demarchi explica
92que poderá ter alteração na lei, pois haverá uma concessionária que
93fará os investimentos e que, portanto os valores na ordem de 15% da

94CIP reservados em conta separada para essa finalidade poderão ser
95revistos, mas ainda estão definindo qual o formato da alteração.
96Outro questionamento feito pelo vereador é que está em tramitação
97um estudo para um novo marco regulatório de PPP, se não seria
98prudente aguardar. Em relação a isto, foi colocado que a Prefeitura
99entende que os processos de PPP devem continuar seguindo e o que
100poderá ser feito é uma adequação futura, visto que ainda não há
101regulamentação aprovada e esse novo marco deve vir para facilitar as
102PPPs. O Sr. Márcio Pinto da Empresa Zopone Eng^a, respondeu a um
103questionamento feito via chat referente ao valor de reembolso da
104PMI e disse que o valor não está superfaturado, citando como
105exemplo o reembolso feito por outras cidades, demonstrando estar
106na média e dentro dos valores previstos na legislação. O Secretário
107de Finanças ressalta que o custo do projeto, que engloba o valor da
108conta de energia mais o custo para fazer a gestão não está fechado,
109pois isso só ocorrerá ao final da licitação. Sr. Diógenes Casagrande
110alerta para que haja cuidado com relação à redução de custos de CIP
111porque em valores muito baixos a concessão pode não se
112concretizar, pois há crescimento vegetativo em torno de 400
113luminárias por ano e isso muda o valor do consumo. Sr. Antonio
114Piccino também contribuiu com informações sobre concessionárias,
115sobre a ANEEL e luminárias de LED e alertou sobre problemas que
116têm ocorrido entre distribuidora de energia e concessionárias,
117sugerindo inserir a ultima memória de cálculo no edital e utilizar o
118contrato como forma de garantia de direitos emergentes em uma
119instituição financeira, pois proporcionaria ao ganhador da licitação
120utilizar do contrato em instituição financeiras para garantia
121empréstimos que não comprometa a execução contratual. Sugere
122rever no edital a garantia de capacidade operacional. Sr Alfredo
123Moreira da Assenag questiona se a prefeitura vai fornecer o
124georeferenciamento e se haverá nota fiscal para o pagamento dos

125valores de ressarcimento da empresa vencedora do certame. Sr Luis
126Campos esclarece que a prefeitura tem a base de dados que a CPFL
127forneceu que é georeferenciada e que na concessão a concessionária
128terá ferramenta própria para fazer a recontagem e controle. O Sr.
129Márcio da Zopone respondeu ao Sr. Alfredo Moreira que o valor a ser
130pago de reembolso dos estudos são delimitados pelo decreto federal
1318428/15 e o custo máximo é de 2,5% do investimento ou operação
132do projeto. Reforça que projetos com valores menores a PPP não se
133efetivou, pois os estudos eram fracos. O Sr. Klaudio Coffani sugeriu
134outras audiências para tratar do assunto, pois é um tema complexo e
135solicita revisão ao item 16.7.2.1 do edital onde consta atestado por
136profissional que comprove experiência em um único parque de
137iluminação porque o Tribunal de Contas não fala em um único e se
138for constado assim vai limitar a competitividade . O Sr Adrian Batista
139disse que irá analisar essa questão, pois já tinha ciência disso e irá
140rever. O Vereador Benedito Roberto Meira questiona o Sr. Márcio da
141Zopone qual o investimento estimado para a empresa que ganhar a
142concessão sem levar em conta o crescimento vegetativo. Sr. Márcio
143explicou que a concessionária terá que avaliar o CAPEX que é o
144investimento a ser feito e o OPEX que é a despesa de operação ao
145longo dos 25 anos e calcular sua receita corrente necessária. O Sr.
146Adrian comenta que o investimento estimado é R\$ 95 milhões ao
147longo de 25 anos, R\$ 110 milhões de operação e manutenção e R\$ 30
148milhões de custo administrativo da concessionária. Sr. Nelson
149Gonçalves questiona sobre a arborização, quantidade de
150condomínios e loteamentos, e reserva de caixa. Sr. Adrian diz que a
151arborização é prioritária e que pode haver aumento na espessura e
152na altura do braço de luz de modo a preservar as árvores. Sobre a
153reserva de caixa, que seria a garantia de pagamento, em conta
154específica da Prefeitura o equivalente a quatro contraprestações
155pecuniárias. Sr. Campos diz que condomínio fechado não pode ser

156incluído na iluminação, mas loteamento desde que haja convenio e
157vai verificar os locais que estão nessa condição. Os senhores Antonio
158Piccino e Alfredo Moreira sugerem constar que distribuidora de
159energia ou qualquer outra empresa de seu grupo econômico não
160participem do processo, pois há incompatibilidade de interesse e isso
161gera problemas e viola a lei de direito econômico. Antes de
162encerramento a Sra. Majo Jandreice, presidente do Conselho Gestor
163informou aos participantes que as questões enviadas pelo Chat serão
164analisadas e respondidas. Reforçou ainda que os documentos
165continuam em Consulta Pública até o dia 31/07/2020 e que pode ser
166consultado na pagina oficial da Prefeitura Municipal. Também todos
167os apontamentos que forem feitos na Consulta serão respondidos.
168Nada mais havendo a acrescentar a Senhora Presidente deu por
169encerrada à reunião às 21h40min e eu, Lilian Abreu Uehara, lavrei a
170presente Ata.

